

AS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS COM A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV

Rui Carita
Universidade da Madeira



1. ANTECEDENTES DO SÉC. XV E XVI

O séc. XIV e XV marcam o início da Expansão Ibérica, patente na divulgação dos portulanos, especialmente da Escola de Maiorca e da passagem das técnicas náuticas mediterrâneas, de construção e de referência, então de raiz islâmica, para o Atlântico. Até então a preocupação das coroas ibéricas tinha sido as várias raias continentais, que começaram por ser definidas entre Portugal e Castela, pelo Tratado de Alcanizes, de 12 de setembro de 1297, após a conquista do Algarve, mas com a referência dos arquipélagos atlânticos e o início da ocupação dos mesmos, a situação muda de figura e deixa de ser uma preocupação só continental para ser também marítima.

O primeiro passo para a definição das fronteiras marítimas dos países ibéricos foi dado pela infanta D. Beatriz (c. 1420-1506), título que logo usou

após a morte do marido, o infante D. Fernando (1433-1470), do qual herdou o governo da Ordem de Cristo, na menoridade dos seus filhos e o que foi depois confirmado pelo papa Sisto IV (1414-1484), pelo breve *Super caríssimo*, de 19 de junho de 1475, situação perfeitamente inédita da direção de uma ordem militar por uma mulher. A dimensão política da infanta D. Beatriz à época é revelada na sua presença no conselho régio, reunido no Porto, em agosto de 1476, face ao desastre de Toro e nas vésperas da partida de D. Afonso V (1432-1481) para França, em busca do auxílio de Luís XI (1423-1483), sendo a única figura feminina presente. Era a primeira guerra luso-castelhana depois do início dos Descobrimentos e logo as novas áreas marítimas sob a influência portuguesa e a administração da Ordem de Cristo foram envolvidas no conflito.

A rainha Isabel a *Católica* de Castela (1451-1504) pretendia retomar a política de seu pai, o rei João II (1406-1454), que sempre se opusera ao avanço das caravelas portuguesas ao longo da costa da Guiné, ao contrário de seu irmão Henrique IV (1454-1474), que nunca se interessara especialmente pelo assunto. Por isso, várias armadas castelhanas foram enviadas às costas da Guiné, na tentativa de controlar a região da Mina. Os navios castelhanos atacaram pelo menos as ilhas de Porto Santo e de Santiago, em Cabo Verde. O interesse de Isabel pelo Atlântico colocava em causa os domínios da Ordem de Cristo, pelo que, no campo das moedas de troca, quando a diplomacia fosse chamada a sarar as feridas da guerra, seria a administração desta Ordem a primeira interessada na definição das novas fronteiras.

A guerra luso-castelhana foi decisiva para a recomposição do mapa político peninsular, unindo as coroas de Castela e de Aragão, pois Isabel, a *Católica*, casara com Fernando de Aragão (1452-1516). Quando o conflito caiu num impasse, com a abdicação de D. Afonso V, em 1477, embora só efetiva alguns anos depois e sendo o governo partilhado com o futuro D. João II (1455-1495), foi D. Beatriz, tia de Isabel, quem representou Portugal no encontro que veio a decidir os termos da paz entre os dois reinos ibéricos. Em meados de março de 1479, D. Beatriz, seguida por um pequeníssimo séquito, cruzou a fronteira luso-castelhana em Segura e dirigiu-se para Alcântara, onde era esperada pela sobrinha, em situação idêntica, numa povoação próxima da fronteira portuguesa, sem ter um exército a protegê-la.

As conversações duraram cerca de uma semana e no final conseguiu-se um acordo, que é conhecido nos seus termos gerais: Portugal reconhecia a realeza de Isabel e comprometia-se a impedir que Joana, a *Beltraneja* (1462-1530), mas a *Excelente Senhora* em Portugal, continuasse a ser pretendente ao trono castelhano; Castela ficava com o direito de conquistar o arquipélago das Ca-

nárias, mas reconhecia o direito de Portugal sobre os arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde, tal como sobre a costa da Guiné para baixo do paralelo das Canárias. O tratado de Alcáçovas-Toledo viria a ser depois assinado naquela primeira vila, a 4 de setembro de 1479, por D. Afonso V e pelo príncipe D. João, confirmado por Isabel, a *Católica*, em Trujillo, a 27 do referido mês, e ratificado em Toledo, por Fernando e Isabel, a 6 de março de 1480.

Pouco mais de 10 anos depois, no entanto, o tratado teve de ser revisto. A chegada de Cristóvão Colombo (c. 1451-1506) às Antilhas, em 1492, ao serviço dos Reis Católicos e a sua comunicação em primeira mão a D. João II, em reuniões que ambos tiveram no convento de Vale Paraíso, perto de Almeirim, nos dias 9, 10 e 11 de março de 1493, determinou a celebração de novo tratado, pois que as ilhas descobertas se encontravam acima do paralelo das Canárias. A diplomacia dos Reis Católicos movimentou-se quase de imediato, conseguindo obter do papa Alexandre VI (1431-1503), nascido Rodrigo de Borja e que fora arcebispo de Valência, a bula *Inter Coetera*, de 3 de maio de 1493, reservando para os mesmos as terras então descobertas, ou a descobrir, “na direção dos índios”, com idênticos direitos e privilégios que os portugueses tinham pelas bulas anteriores. Uma segunda bula, sob o mesmo título, de 4 de maio do mesmo ano, reproduz a primeira parte da anterior e estabelece a linha de demarcação entre os povos ibéricos: 100 léguas a oeste das ilhas dos Açores e de Cabo Verde.

D. João II protelou a assinatura do tratado quase um ano, dado aguardar dados precisos da localização das terras da futura América Latina, onde, muito provavelmente, já haveria “lançados” e mandando fortificar o Funchal. A documentação castelhana refere abundantemente a saída de caravelas da ilha da Madeira na rota de Colombo, o que numa primeira fase os embaixadores portugueses negaram, mas numa segunda, confirmaram e desvalorizaram. A posterior embaixada portuguesa só chegou a 14 de agosto de 1493 a Tordesilhas, integrando, entre outros, o navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), futuro autor do *Esmeraldo de Situ Orbis* e Rui Leme, filho de Martim Leme e irmão de António de Leme, que fora vereador da câmara do Funchal e que teria, por 1474, fornecido dados a Colombo sobre as ilhas existentes para ocidente da Madeira. Foi com este conjunto de embaixadores e cartógrafos que D. João II acabou por fazer valer, em meados de 1494, não o meridiano a 100 léguas para ocidente das ilhas de Cabo Verde, proposto pelos Reis Católicos e pelo Papa, mas um a 370 léguas das mesmas Ilhas. Tratado foi ratificado pelos Reis Católicos em Arévalo, a 2 de julho de 1494 e por D. João II, em Setúbal, a 5 de setembro do mesmo ano. Poucos anos depois já se levam-

tavam dúvidas à aceitação desse meridiano, tendo o cronista frei Bartolomé de las Casas (1474-1566) escrito que o tratado demonstrava que os portugueses tinham “*mais perícia e mais experiência*” do que os castelhanos.

Com a chegada dos portugueses, em 1512, às valiosas “ilhas das Especiarias”, ou seja as Molucas, depois visitadas por Fernão de Magalhães (1480-1521) na viagem de circum-navegação de 1519-1521, ao serviço da Coroa de Castela e com a expressa indicação de visitar essas ilhas, instalou-se a polémica sobre a sua posse face ao Tratado de Tordesilhas. O rei D. João III (1502-1557) e o seu depois cunhado Carlos V (1500-1558) acordaram na constituição de uma junta de astrólogos, pilotos e matemáticos, que se reuniu em Badajoz e em Elvas, que veio a determinar que essas ilhas se encontravam na área da expansão castelhana, face ao que, as mesmas foram negociadas entre as duas coroas pelo Tratado de Saragoça, de 22 de abril de 1529, mediante o pagamento por Portugal 350.000 ducados de ouro. O meridiano de Tordesilhas sofria então alterações, pelo que D. João III enviou ao Brasil os irmãos Pero Lopes de Souza e Martim Afonso de Souza para demarcarem a nova fronteira. Em 12 de dezembro de 1531 Pero Lopes demarcou com duas pedras padrão gravadas com a Ordem Militar de Cristo as margens do rio Paraná, diante de Ibicuí, tomando esse rio como a fronteira entre os domínios de Portugal e Castela.

2. A MONARQUIA DUAL DE FILIPE II DE CASTELA

Com a constituição de uma monarquia dual, Filipe II de Castela (1554-1598) comprometeu-se nas cortes de Tomar, em abril de 1581, entre outras coisas, a manter os usos, costumes e privilégios, tal como a língua portuguesa em documentos oficiais, a moeda, etc., que os portugueses poderiam também ocupar funções públicas em Castela e a permanecer em Portugal o máximo de tempo que pudesse, aceitando a educação do príncipe herdeiro em Lisboa, única coisa que não cumpriu. Instalando-se depois em Lisboa durante 2 anos, estudou as instituições portuguesas em relação aos domínios ultramarinos, como a provedoria das obras reais, que superintendia no movimento de arquitetos e nas obras levadas a cabo no Ultramar, tal como a Aula de Arquitetura, cuja institucionalização datava de 1577, instituições que remonta também em Madrid.

Ao permitir que os portugueses poderiam também ocupar funções públicas em Castela, abriu aos mesmos os vastos domínios ultramarinos castelhanos e, não se tendo feito essa conceção aos castelhanos em relação aos domínios portugueses, alterou-se de certa forma, pelo menos as relações de

trabalho, especialmente nos vice-reinos das chamadas Índias de Castela. Do anterior já se registavam mestres-de-obra portugueses a trabalharem no México, como entre 1524 e 1532, elementos provenientes das oficinas dos Jerónimos, na construção da inicial catedral da cidade México, embora o edifício que temos hoje seja uma reconstrução principiada em 1573. A partir de 1530, trabalhava também nas primeiras campanhas mexicanas o mestre Diogo Dias de Lisboa, que teve a seu cargo, com outros, levantar da Real Audiência de Hernán Cortez (1485-1547) e o hospital depois denominado de Jesus, mas que não os edifícios hoje existentes, que são reconstruções posteriores, trabalhando, muito provavelmente depois na arcaria do castelo-palácio de Cortez, em Cuernavaca, na rosácea da igreja de San Gabriel de Cholula e na câmara municipal de Tlaxcala, ao qual se teriam seguido outros mestres portugueses.

Trabalhos recentes apontam a participação de mestres portugueses também no antigo convento de São Francisco de Tlaxcala e, em especial na arcaria da chamada Capela Aberta, que teria sido de São Nicolau, levantada entre 1537 e 1540. Este modelo de capela, especialmente vocacionada para as populações locais, que não tinham permissão de frequentar o interior da igreja, difundiu-se depois por outros locais, embora ali a capela seja dada como única. Com a União Ibérica, entretanto, o número de artífices e artistas de origem portuguesa vai aumentar imenso, já não só nos trabalhos de pedraria, mas também nos de ourivesaria e prataria em geral, tal como posteriormente, nos de talha.

Em causa estavam também as diferentes condições de ascensão social entre castelhanos e portugueses. Nesse quadro, a maioria dos castelhanos, atravessando o mar para os novos domínios, nobilitavam-se e, por conseguinte, entendiam não poder exercitar ofícios manuais. Ora essa limitação, em princípio, nunca norteou especialmente a população portuguesa e, conseqüentemente, depois a expansão e o povoamento dos domínios de além-mar. Desde os tempos da aclamação do Mestre de Avis, em 1385, que se cimentara nas grandes cidades portuárias portuguesas um espírito mais burguês e mercantil, responsável pelo levantamento popular contra a entrega do trono português a um rei castelhano, que não facilitaria, por certo o comércio marítimo e todo esse tipo de atividades. Toda essa forma de ser e de estar passará e até se apurará nas épocas seguintes nos territórios ultramarinos.

A adaptação dos portugueses aos novos locais e aos seus costumes era assim muito mais rápida e prática que a castelhana, capaz de estabelecer, inclusivamente pontes totalmente novas. Um exemplo recente, que outros especialistas ainda estamos a estudar, é uma tábua de uma Epifânia de influência

flamenga, mas talvez pintada em Portugal e hoje nas paredes da capela-mor da igreja do antigo colégio dos jesuítas do Funchal. A pintura apresenta a Adoração dos Reis Magos, mas com o pormenor de se encontrarem representados 4 Reis Magos, no meio dos quais se encontra um Índio, em princípio do Perú. A pintura teria pertencido ao poeta e alferes-mor da Madeira Tristão Gomes de Castro (1539-1611), que era filho de Cristóvão Martins de Agrilhão e Vargas, fidalgo da casa do duque D. Jaime de Bragança (1479-1532), tendo sido depois doada pelas suas primas da viúva do poeta. Esta Adoração deve datar de 1570 a 1580 e, embora alguma literatura da época advogue o aumento do número de Reis Magos, como representantes dos Continentes e face à descoberta da América, pintá-los e colocá-los numa igreja jesuíta depois da divulgação das rígidas diretivas do Concílio de Trento, só poderia ocorrer numa sociedade muito especial e aberta a novas ideias.

3. AS CIDADES PORTUGUESAS

Já várias vezes defendemos aqui, embora num exemplo mais tardio, que comparando a planta portuguesa da antiga Colónia de Sacramento no Uruguai com a da cidade castelhana de Montevideu, a poucos quilómetros de distância, as diferenças são notórias. A Colónia portuguesa adapta-se ao terreno, repetindo alguns dos acidentes na sua malha urbana, de certa forma irregular e a tender para a formação de quarteirões retangulares. Por outro lado, Montevideu é perfeitamente regular, como se todo o terreno tivesse sido aplanado para receber o desenho urbano, com todos os quarteirões regulares e quadrados. Ora tratando-se de povoações determinadas em condições até certo ponto semelhantes, parece estar-se indubitavelmente em presença de duas formas totalmente diferentes de determinar e entender o espaço urbano. A implantação das cidades portuguesas da expansão, de início junto ao mar e na foz de um grande rio, implantando-se, inclusivamente e quando possível, nas ilhas dos deltas desses estuários, opõe-se quase de raiz ao espírito dos castelhanos, que entram pelo território, como no caso do México, empreendendo logo grandes construções de raiz.

A ideia divulgada de “ocupação filipina” ou domínio castelhana e espanhol está hoje completamente arredada da análise histórica. A existência de um rei comum a Portugal e Castela não implicou, pelo menos com Filipe II e, mesmo com o seu filho Filipe III (1578-1621), a junção dos dois reinos e a predominância dos interesses de um sobre o outro. Portugal não deixou assim de defender a segurança das suas possessões ultramarinas, bem como das rotas de navegação, diferenciando-se bem o que eram os domínios portugueses dos

castelhanos. Quando o comércio espanhol com a América enfrentou um período de alguma recessão, entre 1562 e 1592, que se agravou entre a 1623 e 1650, com outras consequências, os mercadores de Sevilha alvitram para Madrid a utilização da rota do Cabo para acesso às Filipinas e aos outros territórios do Oriente. Filipe III escreveu então ao vice-rei de Portugal, então D. Cristóvão de Moura (1538-1613), marquês de Castelo Rodrigo, a 1 de dezembro de 1610, expondo a sugestão e colocando logo os pós e os contras. O parecer não teria sido favorável, pois não se voltou a escrever sobre esse assunto.

Os finais do séc. XVI e os inícios do XVII marcaram uma época de terrível disputa das principais cidades comerciais e marítimas do Oriente. Se até então os portugueses não tinham encontrado adversários à sua altura, a partir dessa data, os holandeses e os ingleses, utilizando as mais diversas alianças, passaram a disputar fortemente esse vasto território. Logo no ano de 1597, quando o 7º vice rei da Índia, D. Francisco da Gama (1565-1632), conde da Vidigueira comemorava o centenário da primeira viagem à Índia do seu bisavô Vasco da Gama (1469-1524), 3 navios holandeses regressavam à Europa depois da primeira viagem ao Oriente. Logo no ano seguinte, em carta régia de 17 de março de 1598, se determina ao vice-rei que deveria logo mandar uma das naus desse ano e que fora melhor serem duas, se as houvesse, para proteger Malaca. Infelizmente as coisas não correram como Lisboa esperava e os holandeses não abandonaram a área de Malaca e acabaram mesmo por se instalar.

Desde os inícios do reinado de Filipe II que a corte se encontrava assim alertada para esse perigo e, no sentido de prevenir possíveis ameaças dos potenciais concorrentes e reforçar as obras de fortificação dos estabelecimentos portugueses no Estado da Índia, os vice-reis receberam ordens para mandar para Portugal descrições e representações das cidades e fortalezas onde os portugueses tinham interesses. A primeira *Descrição* que conhecemos dessa época, somente escrita, deve datar de 1582, conforme se deduz de algumas passagens e de que se conhecem várias versões. Foi com base nesta *descrição*, que se construíram as seguintes já profusamente ilustradas, como a do cronista-mor da Índia António Bocarro e a do secretário Pedro Barreto de Resende, datáveis de 1634 e 1635, de que se conhecem igualmente várias versões.

Se a primeira *Descrição* tinha por destino informar Filipe II da estrutura, encargos, proventos, etc. da coroa de Portugal no Oriente, como podemos deduzir logo do exemplar existente em Madrid, soberbamente encadernado e com as máiusculas iluminadas, além de instrumentos de trabalho, rapidamente se tornaram também emblemáticos do poder, circulando entre os reis e vice-reis. Ainda hoje resta saber da veracidade de algumas dessas repre-

sentenças, que copiadas sucessivamente de um para outro manuscrito e com base, muito provavelmente em informações orais, podem não corresponder à realidade. É esse trabalho que temos vindo a desenvolver nos Emirados Árabes Unidos em relação à antiga fortaleza de Quelba.

4. O EXEMPLO DA FORTALEZA DE QUELBA

Os contatos dos portugueses com a costa dos futuros Emirados Árabes Unidos dada de cerca de 1507, quando da primeira tentativa de fixação na ilha de Ormuz. A presença portuguesa articulou-se a partir de Ormuz com o complexo fortificado de Mascate, registando-se ao longo do séc. XVI contatos quase permanentes com as várias povoações intermédias, que, tal como as principais, mudaram várias vezes de tutela. Em 1619 foi enviado para esta área Rui Freire de Andrade, com o título de Capitão-general do Mar de Ormuz, da costa da Pérsia e da Arábia, com instruções para dispersar os ingleses, que haviam fundado uma feitoria em Jâsk, em 1616. O novo Capitão consegue pressionar os Persas, em parte desalojando-os da guarnição na ilha de Qeshm e ali erguendo uma fortificação portuguesa. Mas Ormuz acabou por cair em 1622, tomada por uma força combinada Persa e Inglesa. As forças portuguesas recuaram para Mascate, hoje Omã, estabelecendo tentando recuperar as praças mais pequenas ao longo da costa do Estreito de Ormuz.

A fortaleza de Quelba, hoje Khor Kalba, segundo a documentação portuguesa, foi tomada oficialmente por Gaspar Leite, em março de 1624, por determinação do capitão-geral Rui Freire de Andrade (c. 1590-1633) e então justificado pela conquista da ilha de Ormuz, em maio de 1622, por ter sido da obediência ao sultão daquela ilha. Nessa altura era comandada por um árabe de grande fama na área, Al-Qasimi, como regista os textos de António Bocarro, Manuel Godinho de Herédia e outros, por certo ancestral do atual emir de Sharjah e, salvo melhor opinião, não teria havido especial combate, devendo ter havido acordo entre aquele chefe local e as forças portuguesas.

A fortaleza de Quelba era quadrada, segundo a documentação portuguesa, com quatro baluartes, nos cantos e um dos quais mais alto e complexo, com plataforma cavaleira, a defender a porta norte e uma estrutura habitacional interior. A estrutura era em adobe, como as congéneres locais, sem parapeito estendendo-se a muralha à povoação com mais baluartes e um outro, a defender a praia. A guarnição, inclusivamente era de mercenários orientais, referindo-se ter um capitão lascarim com 30 soldados, pagos pelos impostos da terra, semelhantes aos pagos anteriormente ao chefe árabe. Até na estrutura

administrativa se seguiam os costumes locais, demonstrando a capacidade de adaptação dos portugueses aos mesmos.

5. A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV

Com a subida ao trono de D. João IV (1604-1656), em finais de 1640, quase de imediato a política portuguesa abandona progressivamente o grande investimento no Oceano Índico, centrando-se na reformas das fortalezas das principais cidade portuárias e da antiga raia com Castela. A nova corte portuguesa recebe ainda elementos do Brasil, que passam a ter um certo peso em Lisboa, entrando-se em linha de conta com a recuperação do Nordeste brasileiro, ocupado pelos holandeses, assim como depois com a de Angola. Houve todo um cuidado político em tentar não hostilizar a Holanda, entendendo a ocupação daquelas terras brasileiras como por uma companhia comercial holandesa e, quando as forças locais se sublevaram, deu-se a entender ser um problema da companhia holandesa e não do governo português.

A fortaleza de Quelba, em princípio, não teria tido assim especiais obras com a ocupação portuguesa e daí a referência de ser feita “à maneira dos mouros”, sendo quase abandonada e, em 30 de outubro de 1648, em Mascate, foi assinado um tratado de paz entre os portugueses e os sheiks árabes, em cuja assinatura é referida a presença de Al-Qasimi e onde já não se refere a fortaleza de Quelba. As relações comerciais entre portugueses e árabes, por certo devem-se ter mantido na área, pois eram em proveito mútuo e sendo isso, inclusivamente referido no tratado. Acresce que a fama de uma “fortaleza portuguesa” ali levantada chegou aos nossos dias nos moradores locais, como nos voltou a ser confirmado, pelo que a presença de portugueses na área, em princípio, deve ter ultrapassado muito o que consta da documentação oficial.

A guerra entre Portugal e Castela haveria de se arrastar por quase 30 anos e, no final desse período, a situação interna portuguesa também não foi fácil, tendo o infante D. Pedro (1648-1706) que assumir a regência e afastar o seu irmão D. Afonso VI (1643-1683), só se assinando a paz em 1668. Ao longo desses anos, de certa forma, o império ultramarino português já se voltara para o Atlântico, restringindo a sua presença a um pequeno praças-fortes e cidade comerciais do Oceano Índico, onde a concorrência holandesa e a inglesa aumentavam.

Com a assinatura do Tratado de Paz com Castela, conseguiu a corte portuguesa, de Roma, o preenchimento das inúmeras dioceses vagas, voltando-se a colocar o problema da diocese do Rio de Janeiro. A cidade tinha sido fundada

em 1565, mas sob jurisdição espiritual da Bahia e, 10 anos depois, em 19 de julho de 1575, o papa Gregório XIII (1502-1585) emitira bula de oficialização, mantivera a prelazia com a mesma administração espiritual. Com a elevação do Rio de Janeiro a diocese, em 16 de novembro de 1676, pelo papa Inocêncio XI (1611-1689), reconheceu, implicitamente, os antigos limites dados em 1575, que eram a capitania de Porto Seguro e as margens do Rio da Prata. Face a esses limites, em 1680, uma força do Rio de Janeiro saía para fundar, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, que se tornaria nos tratados seguintes, até ao de Madrid, de 1750, a moeda de troca para o aumento verdadeiramente colossal do território continental brasileiro.

O Brasil vinha a assumir um papel cada vez mais determinante na História de Portugal e, já perto dos finais do séc. XVII, o aparecimento de ouro no sertão brasileiro levou à criação da Casa da Moeda da Bahia, inaugurada em 8 de março de 1694 e que, no ano seguinte, já emitia moeda. Os anos seguintes serão de sucessivo protagonismo económico do Brasil no contexto económico português, levando a uma verdadeira corrida de quadros para os novos territórios, essenciais ao controlo e apropriação dos novos espaços, tal como ao controlo dos quintos reais. Entre os finais do séc. XVI e segunda metade do XVII, mesmo antes do aparecimento do ouro no sertão brasileiro, já se assiste a uma transferência dos interesses portugueses do Oceano Índico para o Atlântico, havendo mesmo transferência de capitais, pessoas e, inclusivamente tecnologias.

Nos contactos que temos estabelecido com elementos do património construído brasileiro, temos debatido a presença na área da Bahia, Pernambuco e Paraíba, pelo menos, de modelos não diretamente portugueses, mas importados do contexto português do Índico. A filiação de algumas construções religiosas de fachadas quase triangulares e dotadas de corredores longitudinais, laterais e com arcarias, lembravam-nos construções de filiação não europeia, muito provavelmente indiana e marcando a separação de castas, embora a necessidade de adaptação ao clima também pudesse ter levado a essas soluções. No mesmo quadro de circulação de modelos temos elementos orientais para a decoração das fachadas, como ocorre no convento de Santo António de João Pessoa, em Paraíba e outros.

O interessante elenco de cruzeiros assentes em espessas bases, sem qualquer paralelo no espaço português continental, mas muito comum na antiga Índia Portuguesa, indica também a presença de um modelo de retorno. Os cruzeiros do antigo espaço português da Índia incorporaram os templetos indianos de acesso aos espaços sagrados, que simbolizam a ligação do espaço

terreno com o celestial, atingindo, especialmente na área de Goa, uma tipologia muito específica e que se mantém ainda hoje como uma herança muito viva e, neste tipo de sociedade, perfeitamente inultrapassável. Esta tipologia de cruzeiros passou ao território brasileiro, provavelmente, pela mão dos franciscanos, mas não ao continente europeu, onde se não registam bases com esta forma e impacto visual, como o cruzeiro do convento de Santo António de João Pessoa que atinge uns incríveis 12 metros de altura.

6. AS FRONTEIRAS DO BRASIL

A capacidade de penetração no sertão dos portugueses, primeiro com os bandeirantes, mas depois especialmente com a descoberta das minas de ouro e de diamantes foi enorme, obrigando a contínuos acertos das fronteiras, através dos chamados Tratados de Limites, celebrados em Lisboa, em 1681; depois em Utrecht, em 1713 e 1715, com o fim da Guerra da Sucessão Espanhola; em Madrid, em 1750 e, ainda depois em Santo Ildefonso, em 1771, onde os Sete Povos das Missões continuaram na área espanhola, levando a novo tratado, então em Badajoz, em 1801, em que passaram para Portugal. Consultando os sucessivos mapas da América do Sul, o território brasileiro não parou de crescer e, com a formação do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, ainda o Brasil voltou a avançar a sua fronteira, então para Sul e a formar a então Província da Cisplatina, correspondente, sensivelmente ao atual Uruguai.

Com a assinatura Tratado de Madrid ou de Permuta, em 1750, chegaram a levantar-se entre os dois territórios uma série de marcos de granito, destruídos depois com a assinatura, em 1761, do Tratado do Pardo, três dos quais colocados no território da República Oriental do Uruguai. Esses marcos foram depois trasladados para cidades de Maldonado e de Rocha, assim como para a Fortaleza de Santa Teresa. Com as alterações políticas posteriores, entretanto, parece só dois terem subsistido. Um, que estava nas margens do rio Jauru, onde foi desenhado por Hércules Florence (1804-1879), artista da expedição do barão russo Georg Heinrich Langsdorff (1774-1852), em 11 de setembro de 1827 e que, em inícios de 1883, foi trasladado para a praça Barão do Rio Branco, em frente à catedral de São Luís, em Cáceres, bem junto ao porto de onde saem os passeios de barco pelo rio Paraguai e outro, no Uruguai, cujos fragmentos se encontram no Museu Regional Francisco Mazzoni, em Maldonado.

Não teriam sido os únicos, no entanto, pois recentemente apareceu à venda em Lisboa o desenho dos marcos a serem levantados na foz do rio Javari e do Japurá, feito pelo sargento-mor engenheiro Eusébio António de Ribeiros,

em São Francisco Xavier de Tabatinga, a 28 de junho de 1781, que se deviam destinar à fronteira do estado do Amazonas com a atual Colômbia. Tudo leva assim a crer que teria havido nova campanha após o tratado de Santo Ildefonso, de 1771, embora não conheçamos qualquer desses marcos, aliás como aquele forte de Tabatinga, na margem do rio Solimões e cujos restos desapareceram com uma derrocada fluvial em 1932.

7. CONCLUSÕES

A fronteira marítima entre Portugal e Castela foi determinada ainda nos finais do séc. XV por um meridiano a passar a 370 léguas a Oriente da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, havendo uma ligeira alteração com o Tratado de Saragoça, de 22 de abril de 1529, comprando Portugal a Castela as ilhas do Maluco. Com a união ibérica existiu um quase assalto ao espaço americano da expansão castelhana por parte dos portugueses, numa situação que já vinha do anterior, aliás, assim como uma penetração para interior do Brasil, então pelos bandeirantes. No quadro territorial ultramarino português, praticamente, não se regista a colocação de altos funcionários de origem castelhana, conforme acordado com Filipe II nas cortes de Tomar, mas o mesmo se não passa nos territórios ultramarinos de Castela, onde os portugueses passaram a ter livre acesso.

Com a aclamação de D. João IV, reconhece-se a impossibilidade de manutenção do quadro geral de implantação do Império Português no Oceano Índico, que mediante tratados, acordos ou puro abandono se centra nas principais praças-fortes, transferindo uma parte importante do seu potencial humano, económico, etc., para o Brasil. O aparecimento de minas de ouro e de diamantes no interior do território levou a novas incursões para o interior, com a fundação de arraiais, etc., obrigando a sucessivos tratados de limites entre Portugal e Espanha, e onde o território brasileiro não deixou de aumentar, inclusivamente depois da independência.

Podem-se apontar fatores políticos, económicos e até religiosos, como a demarcação da inicial diocese do Rio de Janeiro, que em 1575, vagamente, ia da capitania de Porto Seguro até às margens do Rio da Prata, mas as razões têm de ser procuradas numa outra maneira de estar e de se relacionar, inclusivamente com as populações preexistentes. Olhando para o mapa geral da América Latina, onde os antigos vice-reinos castelhanos deram origem a 12 países ou estados independentes, tem de haver outras razões para a unidade do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BONILLA, Francisco, “El Marco de los Reyes y el Tratado de Limites de 1750”, conferência na Sala Governador José Joaquín de Viana del Museu Mazzoni, Maldonado, 20 de maio de 2016; BOCARRO, Manuel, texto e RESENDE, Pedro Barreto de, aguarelas, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Inv. CXV-2-1); CASAS, Frei Bartolomeu de Las, *Primera y Segunda Parte de La Historia General de Las Indias*, Saragoça, Miguel Capilla, 1553; HERÉDIA, Manuel Godinho de (atr.), *Lyvro das Plataformas das Fortalezas da Índia*, fac-simile com estudo de Rui Carita de exemplar da Biblioteca da fortaleza de São Julião da Barra, Ministério da Defesa e Inapa, Lisboa, 1999; LIZARDO, João, “Um reflexo da Sé do funchal no México: influência manuelina na arquitetura mexicana”, in *Islenha*, nº 15, Funchal, DRAC, 1994, pp. 72-82; MACHADO, Maria José Goulão, “*La Puerta falsa de América*”: a influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial, tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 2005; TEIXEIRA, Luís, 1587 (c.), *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas, e Derrotas que há na Costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até ao Estreito de Fernão de Magalhães*, edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda, leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa, Lisboa, Tagol, 1988; VERÍSSIMO, Nelson, “O Tratado de Tordesilhas na União Ibérica: a Rota do Cabo e o Comércio das Filipinas”, in *Islenha*, nº 15, ib., pp. 5-14.



Alcanizes



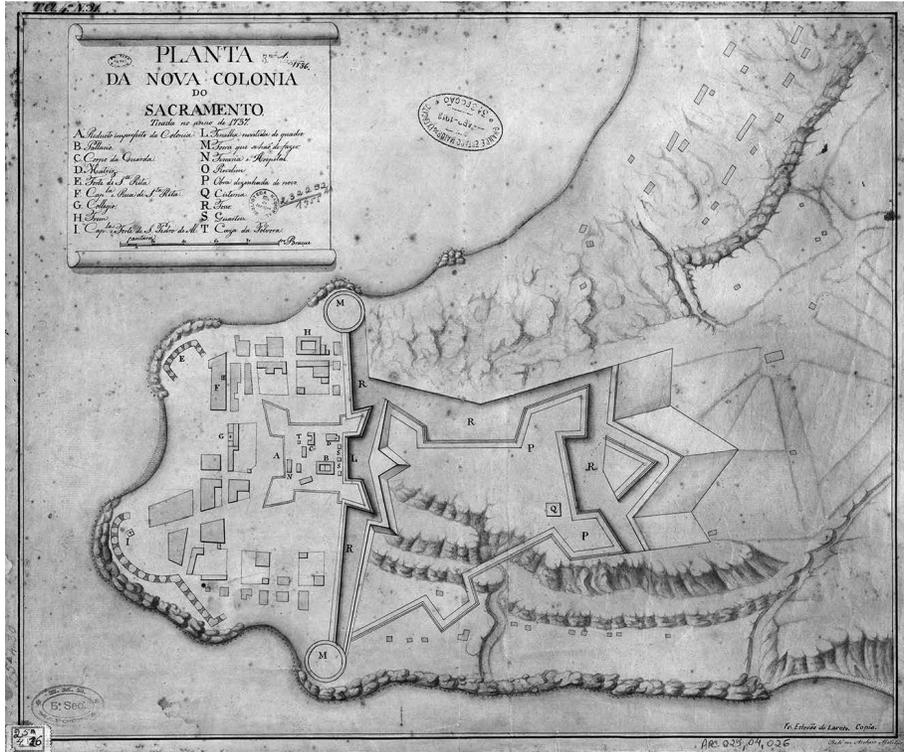
Serpente da Catedral do México.



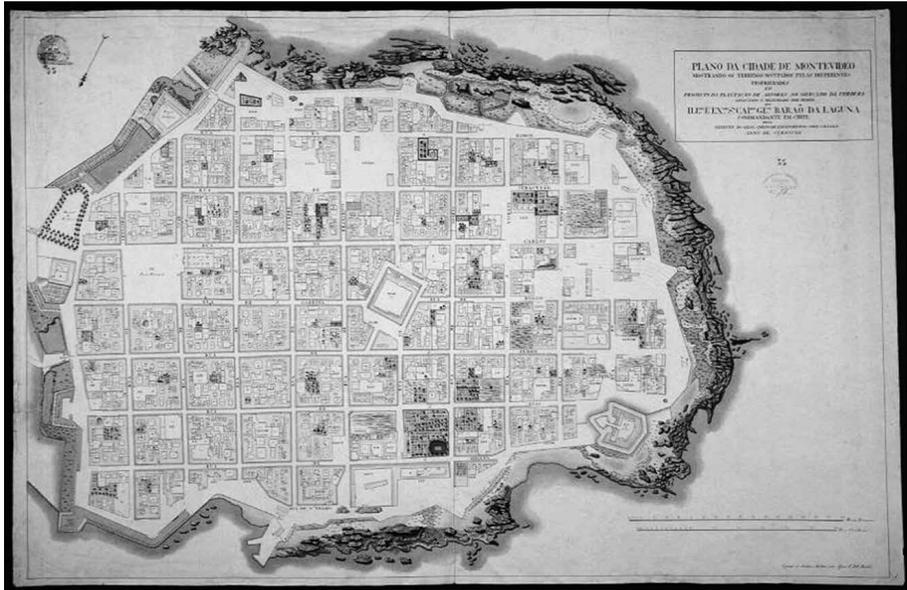
Capela aberta S. Nicolau. Convento S. Francisco, Tlaxcala.



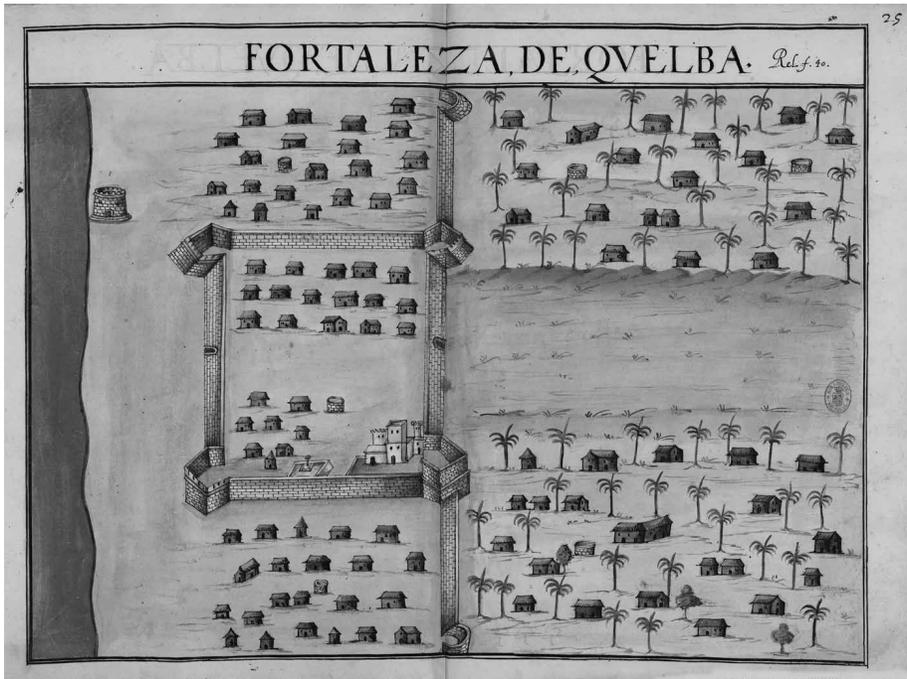
Adoração com quatro magos.



Nova colonia do Sacramento. BNB



Montevideo 1820.



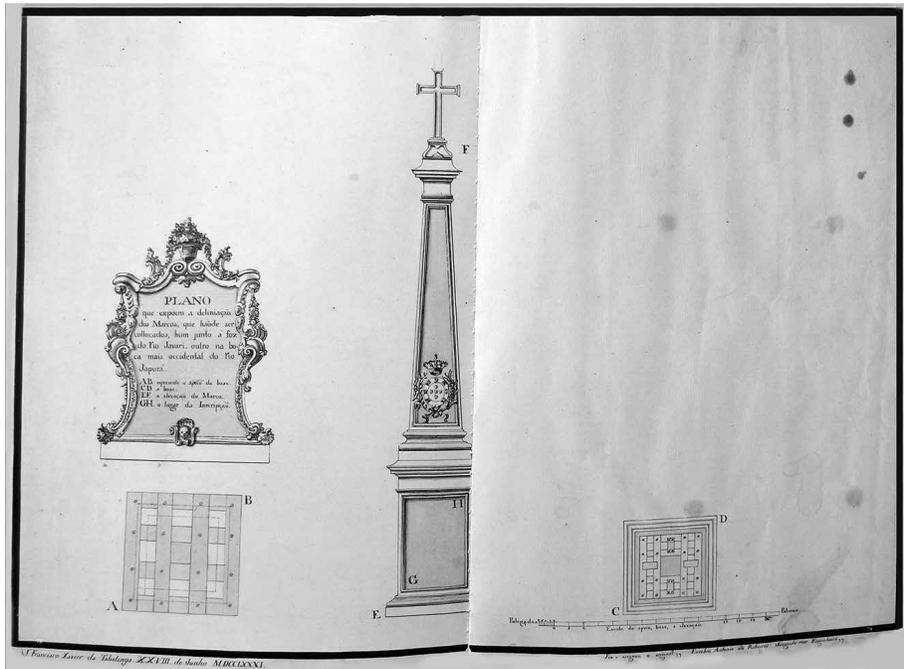
Quelba. 1635. Bocarro álbum de Lisboa.



Equipa portuguesa jahero do 2017.

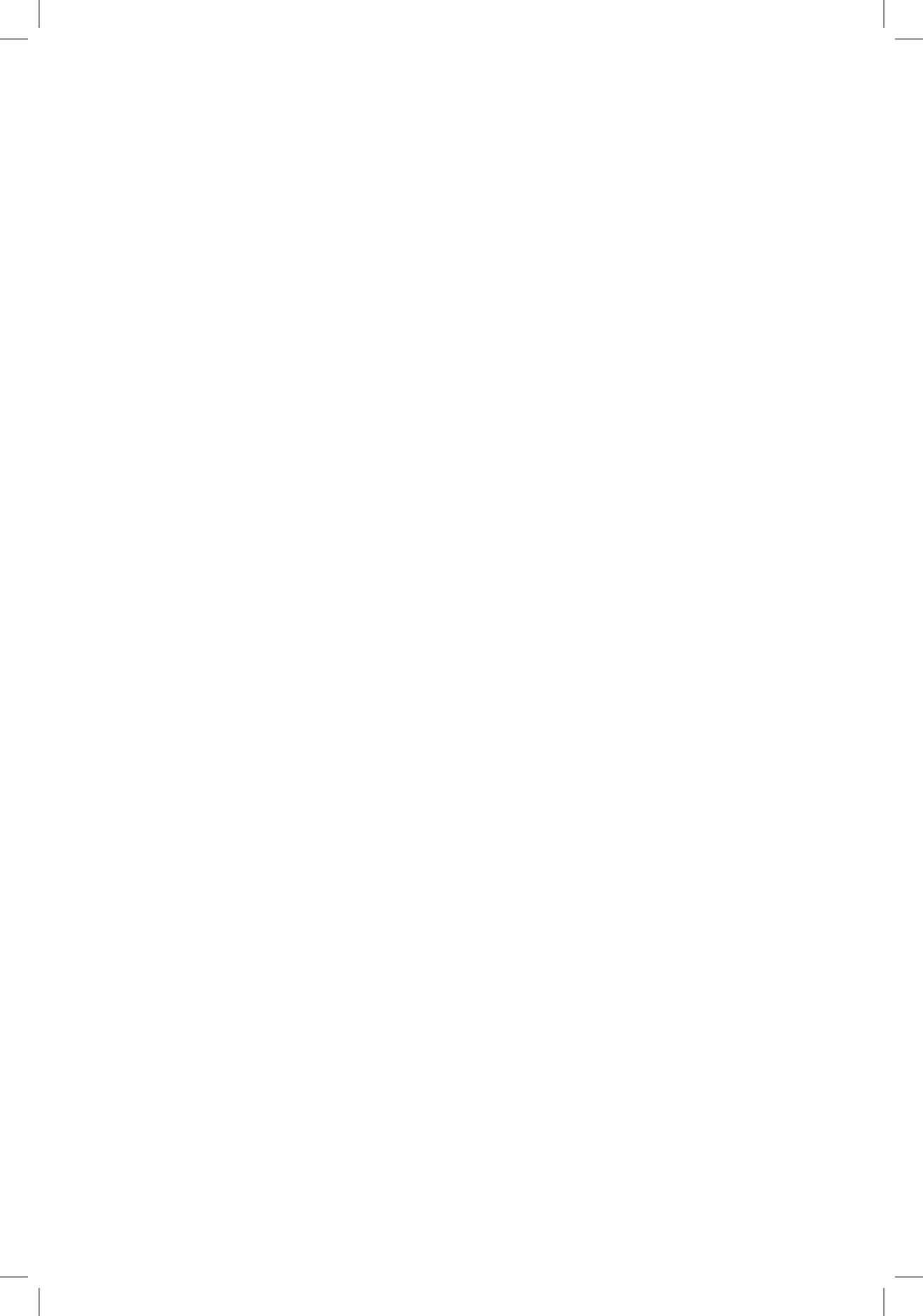


Marco do Jaurú



Marcos nos ríos Javari e Japurá.







**DIPUTACIÓN
DE BADAJOZ**
REVISTA TRANSFRONTERIZA
O PELOURINHO



**VI JORNADAS TRANSFRONTEIRIÇAS / TRANSFRONTERIZAS
DE VALORIZAÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS DA RAIA
DE VALORIZACIÓN DE LAS FORTIFICACIONES ABALUARTADAS DE LA
RAYA**

ALMEIDA – 29 | 30 de Abril de 2017

CEAMA (Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida)